Segurança alimentar e nutricional

PROGRESSOS RECENTES NO BRASIL

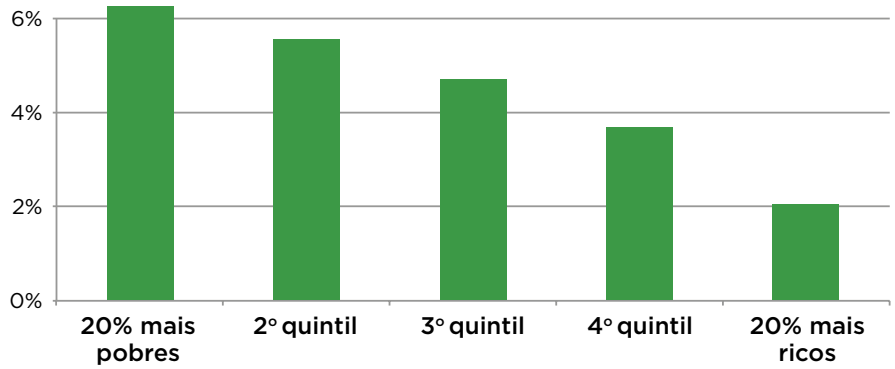
Cristina Fróes de Borja Reis*

O RECÉM-LANÇADO relatório "The State of Food Insecurity in the World 2014", da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), sobre a insegurança alimentar no mundo, traz dados mostrando que, embora ela tenha diminuído, continua extremamente aguda: aproximadamente 805 milhões de pessoas sofreram de subnutrição crônica entre 2012 e 2014. Há uma década, os resultados eram piores, com 100 milhões a mais neste estado crítico.

O Brasil é apresentado como um dos casos de maior sucesso de criação de condições para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. A Nação conseguiu atingir tanto o objetivo de reduzir pela metade o percentual relativo da população em estado de fome, quanto o de reduzir o número absoluto. Além disso, houve um progresso geral em termos de desenvolvimento humano e de redução de desigualdades nos últimos anos. O relatório afirma que isso tem a ver com o fato do Governo ter colocado a meta de exterminar a fome no núcleo de sua agenda política, conforme prometido no discurso de posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, ao lançar o Programa Fome Zero, o que, mais tarde, foi reforçado e ampliado no Plano Brasil Sem Miséria, lançado pela presidente Dilma em 2011. Desde então, mais 22 milhões de pessoas foram retirados da pobreza extrema.

Além das políticas específicas, o combate à fome e à pobreza contou também com um regime macroeconômico favorável ao emprego, com valorização do salário-mínimo (notadamente após 2007, por meio de decreto que se tornou lei em 2011) e programas de transferência de renda. A FAO contribuiu provendo cooperação técnica internacional e dando suporte à implementação do Fome Zero. Os resultados desse esforço foram assim divulgados: de 2001 para 2012, a pobreza reduziu-se de 24,3% da população para 8,3%. O outro lado da moeda desse processo é o fato de a renda dos 20% mais pobres da população ter sido a que mais cresceu na análise por quintis de renda.

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* POR QUINTIS DE RENDA ENTRE 2001 E 2012 (PERCENTUAL)



Fonte: FAO (2014)

Analisando as causas desse progresso, o relatório afirma que os gastos em programas sociais cresceram mais de 128% entre 2000 e 2012 e, assim, passaram a corresponder a uma parcela do PIB 30% maior. Do total de dispêndios do governo federal em segurança alimentar e nutrição, o Bolsa Família representa 30%. Em março de 2013, um novo avanço no programa resultou em ações para garantir a renda mínima *per capita* de U$ 1,25 por dia para famílias vivendo em pobreza extrema. Entre outras medidas importantes, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fornece merendas gratuitas em escolas públicas, atendendo 43 milhões de crianças em 2012, o que equivaleu a US$ 1,5 bilhão do orçamento federal.

Estima-se que o impacto dessa política representa a redução de um terço do que a desnutrição no Brasil poderia ter atingido. Complementando essas intervenções, as políticas para fortalecer a agricultura familiar contribuíram para melhorar os índices de segurança alimentar, nutrição e renda da população familiar, com crédito rural, garantia de preços mínimos, desenvolvimento rural e assistência técnica, acesso a terra para mais de 600 mil famílias nos últimos dez anos, compras públicas direto do pequeno produtor para merendas escolares, entre outros.

Como exemplo emblemático do esforço de fortalecimento das instituições de planejamento, implementação, monitoramento e governança das medidas de segurança alimentar e nutricional, em 2010, o direito humano de alimentação adequada foi incluído na Constituição do Brasil. Assim, como conclui a FAO, "as estruturas e as capacitações resultantes da evolução e institucionalização da governança da segurança alimentar e nutricional e o contínuo compromisso financeiro e político conferem ao Brasil uma base sólida para proteger os avanços alcançados e para enfrentar os novos desafios adiante." (FAO, 2014, p. 30). ■

*Professora de Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC)